

NOVA LEI AGRÍCOLA PREVISTA PARA JANEIRO DE 2014

Na quinta-feira, dia 12 de dezembro, a Câmara dos Deputados prorrogou por votação oral a Lei Agrícola norte-americana até o fim do mês de janeiro de 2014. A Lei Agrícola, que expirou em 1º de outubro deste ano, tem sofrido grandes obstáculos quanto a sua aprovação no Congresso. A Câmara e o Senado estão avançando nas negociações durante processo de conferência entre as duas Casas. Contudo, o Senado, sob a liderança da Senadora Stabenow (democrata de Michigan), se recusa em considerar outra prorrogação da lei agrícola. A lei de 2008 já foi prorrogada em janeiro de 2013. Por isso, já que a Câmara saiu de férias dia 13 de dezembro, qualquer acordo final sobre uma nova Lei Agrícola ficará para janeiro de 2014.

Recentemente o líder do Comitê de Agricultura na Câmara, Deputado Frank Lucas (republicano de Oklahoma) disse que a Câmara e o Senado concordaram sobre estrutura dos subsídios às commodities, que inclui seguro de safras, e na estrutura do auxílio alimentar, o qual compõe quase 80%

do orçamento da Lei Agrícola. O objetivo, disse Lucas, é finalizar as negociações até a terceira semana de dezembro para permitir que os advogados trabalhem na linguagem da medida e para que o Departamento de Agricultura reveja o assunto, e assim, o Escritório do Orçamento do Congresso (CBO) possa emitir um relatório. Desta forma, a Câmara poderia realizar uma audiência pública na segunda semana de janeiro e fazer a votação final da Lei Agrícola.

Vinculada à aprovação da nova lei agrícola norte-americana está a resolução do contencioso do algodão, o caso que foi ganho pelo Brasil contra os EUA na Organização Mundial de Comércio. O acordo temporário entre os países estabelece que US\$147 milhões anuais devem ser pagos ao Brasil. Como os EUA estão em default do pagamento desde setembro, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Brasil votará dia 18 de dezembro se procederão com o processo de retaliação aos EUA.

Nesta Edição

TPA: proposta de lei deverá ser apresentada no início de 2014	Pág. 02
EPA depõe em audiência pública em dezembro sobre RFS	Pág. 02
Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso (CRS)	Pág. 03
Acordo orçamentário aguarda aprovação no Senado	Pág. 04
EUA e União Europeia realizam terceira rodada de negociações	Pág. 04
Notícias sobre a Lei de Modernização da Segurança Alimentar	Pág. 05
Avanço no processo de implementação do FATCA	Pág. 05
TPP: conclusão das negociações ficará para 2014	Pág. 06
Viagem do vice-presidente Joe Biden à China	Pág. 06
Banco Mundial aprova regras para Fundo de Carbono	Pág. 07



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

TPA: proposta de lei deverá ser apresentada no início de 2014

O presidente do Comitê de Ways and Means, Dave Camp (republicano de Michigan), anunciou esta semana que a legislação para a renovação da Autoridade de Promoção Comercial (TPA), também conhecida como “fast-track”, poderá ser apresentada no início do próximo ano. As últimas reportagens indicam que há um acordo bipartidário da liderança sobre os princípios da proposta legislativa. A proposta, de acordo com fontes de Washington, poderá conter outros assuntos, inclusive medidas sobre o câmbio.

No dia 10 de dezembro, em reunião ministerial da Parceria Transpácífica (TPP), Camp declarou que a conclusão das negociações referentes ao acordo da TPP, assim como outros acordos comerciais, depende da renovação da “fast-track”. Legislação esta que permite o Presidente dos EUA negociar tais acordos sem a possibilidade de emendas pelo Congresso.

A equipe de assessores do Comitê de Finanças do Senado comunicou que Michael Froman, Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), está pessoalmente envolvido no processo de elaboração deste projeto de lei. O envolvimento de Froman pode significar que o USTR estará de acordo com o projeto de lei que deve ser apresentado na Câmara e no Senado. Especula-se que este projeto de lei será similar a fast-track apresentado em 2002. Terá somente algumas atualizações e não incluirá a demanda feita pelo vice-presidente do Comitê de Ways and Means, deputado Sander Levin (democrata de Michigan), referente à permissão do comitê de jurisdição para retirar a opção fast-track de certos projetos de lei, em determinados casos.

Dentre outros projetos de lei que poderão estar anexados à TPA, inclui-se a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP), expirado em 31 de julho deste ano, e o Miscellaneous Tariff Bill (MTB), referente ao conjunto de projetos de lei que visa dar preferência tarifária a importação de certos insumos não produzidos nos Estados Unidos e utilizados na produção local. Esses projetos de lei são controversos, pois devem apresentar compensação de custos. Se o SGP for anexado ao pacote TPA, o que não deverá receber consentimento unânime, não haverá risco da legislação ser bloqueada por um único senador. E embora a Câmara tenha expressado grande interesse em incluir o MTB ao processo legislativo da fast-track, esta legislação enfrenta forte oposição no Senado, que a caracterizou como “earmark”, ou seja, gastos federais destinados ao benefício de um grupo específico.

O presidente Obama salientou a falta de apoio dos congressistas republicanos no que diz respeito à extensão da fast-track. Em contrapartida, congressistas republicanos e democratas pediram que o presidente seja mais eloquente ao apoiar os esforços para a renovação da autoridade de promoção comercial. Ademais, Baucus enfatizou que o Congresso e a Administração de Obama precisarão trabalhar juntos para que este projeto de lei seja aprovado.

EPA depõe em audiência pública em dezembro sobre RFS

Durante uma audiência pública em dezembro, um alto funcionário da Agência de Proteção Ambiental (EPA) disse que as demandas do programa de biocombustíveis da agência são irreais para as refinarias de petróleo.

Christopher Grundler, chefe do Escritório de Transporte e Qualidade do Ar da EPA, disse ao Comitê do Meio Ambiente e Construção do Senado que o Padrão de Combustível Renovável (RFS) ameaçou forçar as refinarias de petróleo a usarem uma mistura de gasolina que os carros não podem usar. A ameaça do “blender’s wall” (ou limite da mistura) tem sido uma contínua preocupação para empresas de petróleo e gás que desejam que a revogação do programa.

“Estamos reconhecendo que o limite da mistura foi atingido”, disse Grundler durante a audiência sobre o mandato anual. Adicionou que claramente alcançaram restrições ao uso de quantidades maiores de etanol, devido à infraestrutura e outras limitações do mercado.

“É preocupante que a EPA esteja propondo uma reversão significativa ao RFS”, disse a senadora Deb Fischer (republicana de Nebraska) à Grundler. Com a sua proposta de 2014, acrescentou, a EPA está “eliminando o incentivo” para desenvolver a infraestrutura e tecnologia mais robusta para acomodar o uso de misturas mais elevadas de etanol nos automóveis.

Ao mesmo tempo, uma coalisão de empresas e associações liderada pela American Petroleum Institute (API) pressionará o Congresso para eliminar ou reformar o RFS. Afirmaram que a liderança do Comitê de Energia da Câmara, representada pelos deputados Fred Upton (republicano de Michigan) e Henry A. Waxman (democrata da Califórnia), concorda que o RFS precisa ser reavaliado.

Em 15 de novembro, a EPA emitiu uma proposta regulamentar reduzindo a quantidade de etanol a ser misturado com a gasolina em 2014. A proposta foi fortemente contestada pelos defensores do setor de combustíveis renováveis, incluindo os legisladores dos estados que cultivam o milho, a partir do qual o etanol é feito. A EPA terá até 60 dias para considerar comentários públicos e após este período emitirá a regra final.

Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso (CRS)

- Política energética: questões para o atual Congresso

A política energética nos Estados Unidos tem sido centrada em três objetivos principais: (i) garantir o fornecimento seguro de energia, (ii) manter os custos de energia baixo, e (iii) proteger o meio ambiente. Em busca desses objetivos, alguns programas governamentais têm sido desenvolvidos para melhorar a eficiência com que a energia é utilizada, visando a promoção da produção nacional de fontes de energia convencionais, e o desenvolvimento de novas fontes de energia (fontes renováveis em particular).

Este relatório analisa os principais objetivos da política energética norte-americana e os projetos de lei relacionados em andamento no atual Congresso. [Acesse o relatório completo.](#)

- Investimento direto dos EUA no exterior: tendências e questões atuais

Este relatório avalia as tendências do investimento direto dos Estados Unidos no exterior. A publicação aborda os seguintes tópicos: (i) dados recentes do investimento direto dos Estados Unidos em outros países; (ii) o crescimento das multinacionais norte-americanas no exterior, e (iii) as questões trabalhistas relacionadas a essas questões. [Acesse o relatório completo.](#)

- Expiração e extensão da lei agrícola de 2008

A Lei Agrícola norte-americana, assim como outras propostas legislativas, tem se tornado cada vez mais complicada e politicamente sensível. Contudo, ao menos que o Congresso aprove uma nova versão ou outra extensão, a lei agrícola permanente de 1949 será automaticamente restaurada com prejuízos para produtores e consumidores.

Este relatório traz um breve histórico das últimas expirações e extensões da lei agrícola norte-americana, assim como uma análise sobre as consequências da restauração da lei permanente de 1949 e as opções legislativas mediante a nova data de expiração em 1º de janeiro de 2014. A publicação também trata das questões dos programas de conservação agrícola, programas de nutrição (conhecidos como SNAPs), e vários programas de ajuda para o comércio agrícola e alimentação internacional. Eles também serão expirados a menos que uma nova lei agrícola seja promulgada. [Acesse o relatório completo.](#)

Acordo orçamentário aguarda aprovação no Senado

No dia 10 de dezembro, o presidente do Comitê de Orçamento da Câmara, Paul Ryan (republicano de Wisconsin), e a presidente do Comitê de Orçamento do Senado, Patty Murray (democrata de Washington), anunciaram novo acordo orçamentário que estabelece os níveis de orçamento para os próximos dois anos fiscais. A medida encerra o impasse fiscal que vem se estendendo desde 2010 e evita uma nova paralisação do governo norte-americano. Este acordo bipartidário, já aprovado pela Câmara dos Deputados, aguarda votação no Senado na terceira semana de dezembro.

O acordo estabelece a redução de cortes previstos no sequestro (pacotes de cortes orçamentários que entraram em vigor em março de 2013), além de alocar a receita liberada para as despesas discricionárias. O acordo ainda prevê a economia de certos gastos obrigatórios, objetivando a redução do déficit. Desta forma, o acordo promove o aumento de gastos e a redução do déficit, sem que haja a necessidade de arrecadação de novos impostos. Entre outras medidas, o acordo prevê:

- Aumento de US\$ 45 bilhões das despesas discricionárias, totalizando US\$1,012 trilhão em 2014 e US\$ 1,014 trilhão em 2015;
- Aumento da contribuição dos funcionários públicos, contratados a partir de 31 de dezembro deste ano, para aposentadoria;
- Aumento da taxa de segurança cobrada de usuários de aeroportos;
- Redução de 2% das despesas já previstas no Medicare, programa de seguro médico de aposentados; e
- Redução de ajustes nas pensões militares.

Este acordo orçamentário não aborda questões mais complexas e controversas, como a viabilidade a longo prazo de programas como o Medicare, o Medicaid (programa de seguro médico para indivíduos ou famílias de baixa renda), a Seguridade Social e o seguro desemprego. Questões referentes ao teto da dívida pública americana também ficaram de fora. O acordo deverá ser aprovado antes do recesso parlamentar de fim de ano, embora exista oposição ao acordo por parte de alguns senadores republicanos. O senador John McCain (republicano do Arizona) declarou não estar de acordo com o orçamento proposto, mas acredita que esta opção é melhor do que arriscar nova paralisação do governo federal.

EUA e União Europeia realizam terceira rodada de negociações

A próxima rodada de negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (T-TIP) entre os EUA e a União Europeia está sendo realizada em Washington, D.C. entre os dias 16-20 de dezembro. As partes interessadas serão informadas sobre os procedimentos dia 18 de dezembro pelo Representante Comercial dos EUA. Um evento para a mídia será conduzido em 20 de dezembro.

Durante a última reunião dos dois blocos em 15 de novembro, ambas as partes identificaram interesse comum em várias áreas em antecipação à preparação dos textos que serão apresentados para as negociações. As áreas em que houveram maior avanço incluem investimento, serviços, regulamentação (barreiras técnicas em vários setores), energia e matérias-primas. Após esta rodada em dezembro, as duas partes farão um inventário dos assuntos para identificarem áreas convergentes, assim como as questões que necessitem direcionamento político.

Sobre os itens sensíveis, vários Congressistas norte-americanos de ambos partidos solicitaram ao Representante Comercial (USTR) Michael Froman, em dezembro, que continuasse protegendo o setor de vidro e louça de

cerâmica em Ohio, nos EUA. Entre eles, os Deputados Brown, Portman, Kaptur e Stivers pediram que o setor fosse poupado das negociações da T-TIP. Os senadores Landrieu, Vitter, Casey e deputado John Fleming também assinaram a carta.

O objetivo da T-TIP é liberalizar o comércio e investimento entre os dois blocos, que juntos somam 40% da produção econômica global.

Notícias sobre à Lei de Modernização da Segurança Alimentar

- Relatório anual sobre instalações alimentares e importações de alimentos

A Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA) recentemente publicou o terceiro relatório anual sobre instalações alimentares, importações de alimentos e escritórios do FDA no exterior, o qual se encontra em consonância com a Lei de Modernização da Segurança Alimentar.

De acordo com este relatório, a FDA realizou exames de campo ou análises de amostras de 207.839 linhas de produtos alimentares importados, destinados ao consumo humano e animal no ano fiscal de 2012, equivalente a 1.9% do total de entradas neste mesmo ano. É importante notar que enquanto a FDA não é capaz de inspecionar fisicamente grande parte dos alimentos que entram no país, todas as entradas são rastreadas eletronicamente através de um sistema automatizado. Tal medida ajuda os inspetores de campo a determinar quais os produtos que representam maior risco e, portanto, devem ser fisicamente examinados.

A FDA recentemente aprimorou seus recursos de rastreamento com a implementação de um novo sistema chamado PREDICT, que utiliza dados de análise de todo o ciclo de vida de um produto, visando a identificação de produtos de alto risco antes de sua entrada no país. De acordo com o relatório, até maio de 2013, a FDA contava com 12 escritórios no exterior, incluindo China, Índia, Costa Rica, Chile, México, Bélgica, Inglaterra, Itália, África do Sul e Jordão. Para maiores informações, [acesse](#).

Avanço no processo de implementação do FATCA

O Departamento do Tesouro e a Receita dos Estados Unidos avançaram no processo de implementação da Lei de Americana de Conformidade Tributária para Contas Estrangeiras (FATCA), com a publicação de uma notificação destinada às instituições financeiras estrangeiras (FFIs). A notificação oferece orientações sobre os requisitos de declaração, bem como um rascunho do acordo que o Tesouro pretende celebrar com as FFIs. Ambos os documentos visam minimizar os encargos administrativos e custos relacionados com o cumprimento das obrigações previstas na lei, tanto para as FFIs, como para os agentes de retenção. O Tesouro norte-americano deverá concluir e publicar a versão final do acordo até o fim deste ano. Além disto, o Tesouro relembrou que a partir de 1º de janeiro de 2014 todas as FFIs deverão apresentar seus registros finais no website.

Com a assinatura de acordos intergovernamentais com a França, Dinamarca, Ilhas Caimã e a Costa Rica, em novembro deste ano, o Departamento do Tesouro norte-americano já concluiu acordos bilaterais com 12 países. Para maiores informações, [acesse](#).

TPP: conclusão das negociações ficará para 2014

No dia 10 de dezembro, após quatro dias de reuniões em Singapura, os Ministros e Chefes de Delegação para os 12 países integrantes da Parceria Trans-Pacífica (Trans-Pacific Partnership – TPP) emitiram uma declaração conjunta anunciando que não conseguirão finalizar as negociações da TPP até o fim do ano, mas afirmaram progressos substanciais para a conclusão do Acordo.

Os ministros se encontraram em pequenos grupos, aproveitando as reuniões para discutir e identificar possíveis concessões para a maioria das principais questões pendentes, como: propriedade intelectual, meio ambiente, empresas estatais, investimento, questões sanitárias e fitossanitárias, serviços, questões legais, comércio eletrônico, solução de controvérsias e acesso a mercado.

Entretanto, em uma conferência com a imprensa, o Ministro do Comércio australiano, Andrew Robb, e o Ministro do Comércio da Nova Zelândia, Tim Groser, esclareceram que estas potenciais concessões nas regras da TPP são apenas opções, e que os ministros, na verdade, ainda não tinham concordado com nenhuma delas.

Austrália e Nova Zelândia estão interessadas em obter mais acesso para suas exportações agrícolas nos mercados dos EUA e Japão. Os dois países também tem sido relutantes, até o momento, em concordar com as exigências dos EUA sobre a proteção de propriedade intelectual.

Os Ministros e Chefes de Delegação planejam se reunir novamente em janeiro, contudo ainda não especificaram nenhuma data ou local.

Viagem do vice-presidente Joe Biden à China

O vice-presidente norte-americano Joe Biden esteve em Pequim, entre os dias 4 e 5 dezembro, em viagem que também incluiu paradas em Tóquio e Seul.

Na China, o vice-presidente Biden se reuniu com o Presidente chinês Xi Jinping, o Premier Li Keqiang e o vice-presidente Li Yuanchao para discutir uma ampla gama de tópicos relacionados a relação bilateral China-EUA e outras questões regionais.

Biden também discutiu a recente decisão chinesa de criar uma zona de identificação de defesa aérea (ADIZ) no Mar da China Oriental. A criação da ADIZ é um dos agravantes da tensão entre China e Japão sobre as Ilhas Senkaku, e recebeu muitas críticas de seus vizinhos na região e dos Estados Unidos.

Em Tóquio, sua primeira parada durante a viagem, o vice-presidente Biden também condenou as ações da China, dizendo que os Estados Unidos estavam “profundamente preocupado com a tentativa chinesa de mudar, unilateralmente, o status quo no Mar da China Oriental”. A visita à Ásia do vice-presidente Biden segue a viagem do Secretário do Tesouro Jack Lew em novembro, que tratou de questões sobre a Parceria Trans-Pacífico (TPP).

Além disso, líderes do governo dos EUA e China se reunirão nos dias 19 e 20 de dezembro em Beijing, no âmbito da reunião anual da Comissão Conjunta de Comércio (JCCT). Durante a JCCT, os governos discutirão melhorias à proteção de propriedade intelectual, acesso ao mercado de bens e serviços e a remoção de barreiras regulatórias, de acordo com o Escritório do Representante Comercial dos EUA em dezembro. A Secretária de Comércio Penny Pritzker, o USTR Michael Froman e o Secretário da Agricultura Tom Vilsack representarão os EUA. A China será representada pelo primeiro ministro Wang Yang e sua delegação.

Banco Mundial aprova regras para Fundo de Carbono

Os esforços para proteger as florestas tropicais e combater a mudança climática avançaram na segunda semana de dezembro, quando representantes do Forest Carbon Partnership Facility do Banco Mundial (FCPF) aprovaram regras para o financiamento de investimentos de grande escala. Tais investimentos são destinados à conservação e restauração de florestas tropicais. Essa ação permitirá que o FCPF inicie o processo de financiamento de projetos de proteção florestal piloto em países em desenvolvimento. Cerca de US\$390 milhões de dólares americanos atualmente é reservado para este trabalho.

Este desenvolvimento ocorreu na oitava reunião do Fundo de Carbono e marca a primeira vez que um organismo internacional estabeleceu regras operacionais detalhadas para financiar os esforços de redução das emissões de aquecimento global, que destroem a floresta tropical. O sistema conhecido como REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) vai oferecer incentivos aos países em desenvolvimento para proteger suas florestas e combater a mudança climática. A decisão conclui um processo de criação de regras de dois anos, incluindo governos, empresas privadas, sociedade civil e organizações de povos indígenas.

Um representante da Nature Conservancy afirmou que “pela primeira vez, os governos, trabalhando com a sociedade civil e o setor privado, chegaram ao acordo sobre a forma de financiar e medir a redução de emissões provenientes de florestas, beneficiando as comunidades locais. Isto não só disponibilizará US\$390 milhões dólares americanos no Fundo de Carbono, mas definirá precedente importante para outras iniciativas políticas que estão com o objetivo de proteger as florestas tropicais.”

Com essas regras em vigor, o Fundo de Carbono, que envolve 51 países e duas empresas, começará a aceitar candidaturas para programas-piloto em grande escala. Até dez ou mais países poderão propor programas-piloto para financiamento nos próximos seis meses.